

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR  
2020/2021**



**PROJETO DE INVESTIGAÇÃO**

**UNIÃO EUROPEIA, PORTUGAL E GOLFO DA GUINÉ**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**Joel Filipe Félix dos Santos Simões**

**1TEN M**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**  
**UNIÃO EUROPEIA, PORTUGAL E GOLFO DA GUINÉ**

**1TEN M Joel Filipe Félix dos Santos Simões**

Projeto do Trabalho de Investigação Individual do CPOS 2020/2021 1ªEd

Pedrouços 2021



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**  
**UNIÃO EUROPEIA, PORTUGAL E GOLFO DA GUINÉ**

**1TEN M Joel Filipe Félix dos Santos Simões**

Projeto do Trabalho de Investigação Individual do CPOS 2020/2021 1ªEd

Orientador: CTEN M Dinis Filipe Vargas Cabrita

Pedrouços 2021



### **Declaração de compromisso Antiplágio**

Eu, **Joel Filipe Félix dos Santos Simões**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**União Europeia, Portugal e Golfo da Guiné**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial Superior 2020/2021 1ªEd.**, no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **27 de janeiro de 2021**

Joel Filipe Félix dos Santos Simões  
Assinatura



## Agradecimentos

Agradeço ao Instituto Universitário Militar, designadamente, a todos os seus Docentes, com quem tive o privilégio de partilhar experiências e adquirir novos conhecimentos.

Um sentido agradecimento ao meu Orientador, Capitão-Tenente Dinis Filipe Vargas Cabrita, por todo o tempo que disponibilizou ao acompanhamento deste estudo, nomeadamente, nas diferentes fases que o constituíram - revisões, sugestões e comentários - sem o qual não teria sido possível desenvolvê-lo.

Dirijo igual agradecimento ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Sassetti Carmona e ao Tenente-Coronel Santos Loureiro, que me apoiaram com ideias e sugestões para a elaboração inicial do trabalho.

Aos camaradas do Curso de Promoção a Oficial Superior 2020/2021 da 1ª edição, reconheço a amizade, a camaradagem e o espírito de grupo revelados durante todo o curso.

Por último, mas não menos importante, endereço um especial agradecimento à minha família, em particular à minha mulher, Fátima, pelo constante apoio e motivação, e ao meu filho Vicente Maria, pelo pouco tempo que, nos últimos meses, lhe dediquei.

A todos, obrigado!



## Índice

1. Introdução .....	1
2. Revisão da literatura, enquadramento conceptual e metodologia.....	4
2.1 Enquadramento teórico e conceptual .....	4
2.1.1 Segurança marítima .....	4
2.1.2 Golfo da Guiné.....	5
2.2 Metodologia e método .....	6
2.2.1 Metodologia .....	6
2.2.2 Método .....	6
3. O ambiente securitário marítimo do Golfo da Guiné .....	8
3.1 A pirataria na região .....	9
3.2 Outros ilícitos marítimos .....	11
3.3 A complexidade da segurança marítima .....	11
4. Os interesses estratégicos europeus no Golfo da Guiné .....	12
4.1 Os interesses partilhados.....	12
4.2 O potencial contributo de Portugal .....	13
5. A União Europeia e a estabilização do Golfo da Guiné .....	15
5.1 Estratégia europeia de segurança marítima .....	15
5.1.1 O plano de ação.....	15
5.2 A ação europeia no Golfo da Guiné.....	16
5.3 A estratégia regional para o Golfo da Guiné .....	16
5.3.1 O plano de ação.....	17
5.3.2 O contributo de Portugal.....	19
6. Conclusões .....	21
Referências Bibliográficas.....	24



## Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Apêndice B – Gráficos e Estatísticas .....	Apd B-1
Apêndice C – <i>European Maritime Security Strategy</i> .....	Apd C-1
Apêndice D – <i>European Maritime Security Strategy Action Plan</i> .....	Apd D-1
Apêndice E – <i>Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020</i> .....	Apd E-1

## Índice de Figuras

Figura 1 – Mapa do Tráfego Marítimo no Atlântico Sul.....	1
Figura 2 – Região do Golfo da Guiné.....	6
Figura 3 – Fronteira marítimas e campos de gás e petróleo <i>offshore</i> no GoG .....	8
Figura 4 – Incidentes nos Portos e Fundeadouros (2009-2019) .....	9
Figura 5 – Incidentes de Pirataria e Assalto Armado no Mar no GoG (2016-2019).....	10
Figura 6 – Mapa da rede ibérica de gás natural (2019) .....	14
Figura 7 – Organizações regionais da Arquitetura de Yaoundé (2013) .....	18
Figura 8 – Ações da Iniciativa Mar Aberto (2015-2019) .....	20
Figura 9 – Índice de Estados Frágeis (2020) .....	Apd B-1
Figura 10 – Dados relativos ao tipo de incidentes registados no GoG (2019) .....	Apd B-2
Figura 11 – Dados relativos a incidentes com elementos de tripulação (2019) .....	Apd B-2
Figura 12 – Rotas de tráfico armas de pequeno calibre na África Ocidental .....	Apd B-3
Figura 13 – Rotas de tráfico de drogas para a Europa através do Atlântico.....	Apd B-3

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Objetivo geral e objetivos específicos .....	2
Quadro 2 – Questão central e questões derivadas .....	2
Quadro 3 – Modelo de Análise.....	Apd A-1
Quadro 4 – Posicionamento mundial dos países do GoG .....	Apd B-1
Quadro 5 – Ações Horizontais do EUMSS <i>Action Plan</i> .....	Apd D-1
Quadro 6 – Assuntos marítimos relacionados com o GoG .....	Apd D-2
Quadro 7 – Atividades e resultados do quarto relatório do GoGAP 2015-2020.....	Apd E-1
Quadro 8 – Atividades e cooperação durante 2018.....	Apd E-2



## Resumo

O presente estudo pretende analisar a importância do Golfo da Guiné na perspetiva da União Europeia, entre 2014 e 2020, no âmbito da deterioração da segurança marítima e do impacto nos seus interesses naquela região.

De modo a alcançar o objetivo proposto, adotou-se um raciocínio indutivo, baseado numa estratégia qualitativa e no desenvolvimento de um estudo de caso.

A análise efetuada permitiu verificar que a disseminação do terrorismo e da pirataria tem provocado graves problemas ao transporte marítimo, com consequências para o desenvolvimento regional e global, e elevado impacto na segurança da Europa e nos seus interesses naquela região. Os interesses políticos, securitários, económicos e comerciais, partilhados entre a União Europeia e os países do Golfo da Guiné têm contribuído para o crescimento da balança comercial e para a essencial segurança energética europeia. A União Europeia tem desenvolvido um conjunto de atividades inseridas numa estratégia particularizada à região, visando através da cooperação internacional, a edificação de capacidades nacionais e regionais de segurança marítima.

Em conclusão, salienta-se que ao contribuir e apoiar de forma empenhada o processo de segurança marítima de propriedade regional, a União Europeia encontra-se a desempenhar um papel de ator regional de segurança marítima no Golfo da Guiné.

**Palavras-chave:** Segurança Marítima; Segurança Energética; Golfo da Guiné; União Europeia; Portugal; Pirataria





## **Abstract**

*This study aims to analyse the importance of the Gulf of Guinea from the perspective of the European Union, between 2014 and 2020, in the scope of the deterioration of maritime security and the impact on its interests in that region.*

*In order to achieve the proposed objective, an inductive reasoning was adopted, based on a qualitative strategy and the development of a case study.*

*The analysis made it allowed to verify that the spread of terrorism and piracy has caused serious problems to maritime transport, with consequences for regional and global development and high impact on Europe's security and its interests in that region. Political, insurance, economic and commercial interests shared between the European Union and the countries of the Gulf of Guinea have contributed to the growth of the trade balance and to the essential European energy security. The European Union has developed a set of activities within a specific strategy for the region, aiming through international cooperation, building up national and regional maritime safety capabilities.*

*In conclusion, it is important to note that by contributing and supporting the regionally owned maritime security process, the European Union is playing a role of regional maritime security actor in the Gulf of Guinea.*

**Keywords:** *Maritime Security; Energy Security; Gulf of Guinea; European Union; Portugal; Piracy*



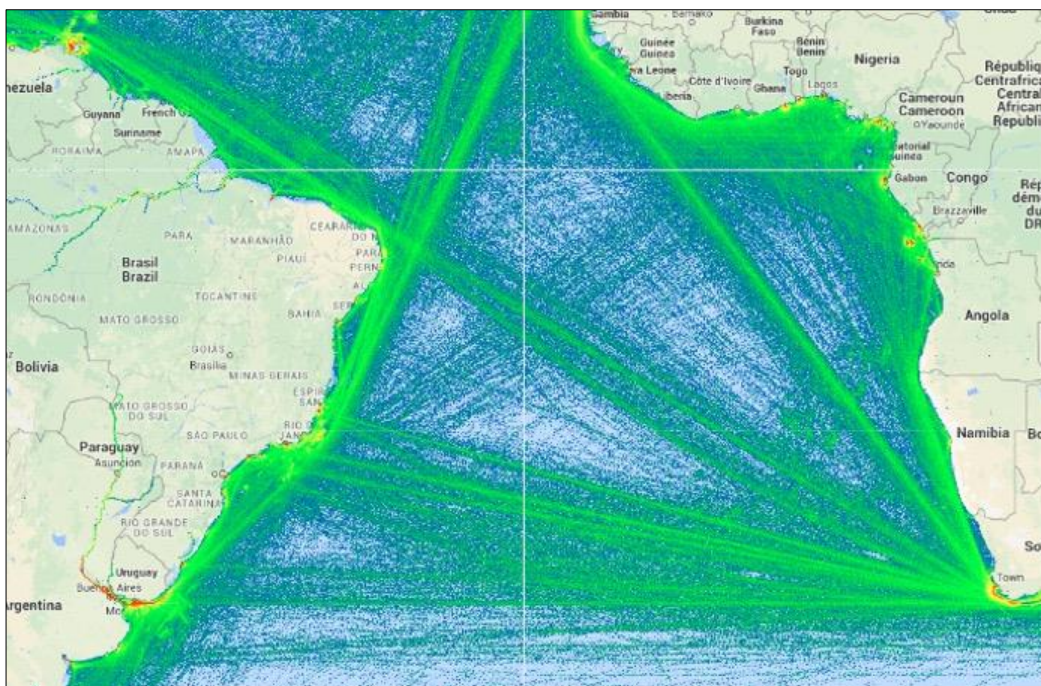
## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AU	<i>African Union</i>
CDD	Cooperação no Domínio da Defesa
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CPOS-M	Curso Promoção a Oficial Superior - Marinha
CRESMAC	<i>Regional Centre of Maritime Security Coordination for Central Africa</i>
CRESMAO	<i>Regional Centre of Maritime Security Coordination for West Africa</i>
EEAS	<i>European External Action Service</i>
EESS	<i>European Energy Security Strategy</i>
ECCAS	<i>Economic Community of Central African States</i>
ECOWAS	<i>Economic Community of West African States</i>
EUA	Estados Unidos da América
EUMSS	<i>European Union Maritime Security Strategy</i>
EUNAVFOR	<i>European Union Naval Force</i>
EUSGG	<i>European Union Strategy on the Gulf of Guinea</i>
GoGAP	<i>Gulf of Guinea Action Plan</i>
GGC	<i>Gulf of Guinea Commission</i>
GoG	<i>Gulf of Guinea/Golfo da Guiné</i>
LNG	<i>Liquefied Natural Gas</i>
INTERPOL	<i>International Criminal Police Organization</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	Normas de Execução Permanente
NRP	Navio da República Portuguesa
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
TII	Trabalho de Investigação Individual
UE	União Europeia
UN	<i>United Nations</i>
UNCLS	<i>United Nations Convention on the Law of the Sea</i>
UNSC	<i>United Nations Security Council</i>
ZEE	Zona Económica Exclusiva

## 1. Introdução

O Golfo da Guiné (GoG) alcançou nos últimos anos uma expressiva relevância no contexto internacional decorrente das suas elevadas reservas energéticas e do seu potencial económico, a par do ambiente de insegurança ao nível marítimo, com um elevado impacto global e, consequentemente, nos interesses políticos e económico-energéticos da União Europeia (UE).

A deterioração da segurança marítima do GoG tem imposto elevados riscos às importantes vias marítimas internacionais que cruzam a região (Figura 1), atraindo um elevado número de atos ilícitos no mar. Como região amplamente dependente da indústria petrolífera, pelas suas elevadas reservas de hidrocarbonetos, o GoG tem suscitado um crescente interesse internacional pela procura de fontes energéticas alternativas ao Médio Oriente, sendo considerada como o novo *hotspot* energético (Pavia, 2015, p. 157).



**Figura 1 – Mapa do Tráfego Marítimo no Atlântico Sul**

Fonte: Disponível em *Marine Vessel Traffic* (2019).

Foi, então, formulado o seguinte Problema de Investigação: Será a região do GoG importante do ponto de vista da UE?

O Objeto de Estudo da investigação é o GoG e a sua importância na perspectiva da UE.

A delimitação do tema restringe-se à segurança marítima da região do GoG e à atuação da UE enquanto ator regional promotor de segurança marítima. O estudo incide na análise

da implementação, em 2014, de uma estratégia e de diplomas subsequentes com vista à estabilização da região e as implicações da segurança marítima nos interesses estratégicos europeus na região.

A delimitação da investigação faz-se nos domínios do tempo, do espaço e do conteúdo (Santos & Lima, 2019, p. 42):

- Tempo: No período entre 2014 e 2020, quando a União Europeia assumiu uma posição mais robusta e preocupada com a segurança no Golfo da Guiné, através da edificação de uma estratégia regional e do estabelecimento de diversos acordos, particularmente com entidades e organizações regionais africanas;
- Espaço: A área adotada pela UE, numa faixa marítima no Atlântico Sul, entre o Senegal e Angola, composta por 19 Estados;
- Conteúdo: Centra-se na segurança marítima do GoG pela importância para os interesses estratégicos da União Europeia nessa região.

Seguidamente são apresentados no Quadro 1, o Objetivo Geral (OG) e os derivantes Objetivos Específicos (OE).

**Quadro 1 – Objetivo geral e objetivos específicos**

OG:	Analisar a importância do GoG numa perspetiva europeia.
OE1:	Analisar o ambiente de segurança marítima na região do GoG.
OE2:	Analisar os interesses estratégicos da UE na região do GoG.
OE3:	Analisar as ações que a União Europeia tem desenvolvido no contexto da estabilização da região do GoG.

Importa agora formular a Questão Central (QC) e as subsequentes Questões Derivadas (QD), que se encontram no Quadro 2.

**Quadro 2 – Questão central e questões derivadas**

QC:	Qual o papel da UE enquanto ator de segurança marítima na região do GoG?
QD1:	Qual o ambiente securitário marítimo na região do GoG?
QD2:	Que interesses estratégicos detém a UE na região do GoG?
QD3:	Que ações tem desenvolvido a UE no contexto da estabilização da região do GoG?



A investigação realizada, desenvolveu-se ao longo de seis capítulos, sendo o primeiro a presente introdução.

No segundo capítulo efetua-se a revisão da literatura e apresenta-se o modelo de análise e a metodologia adotada, referindo-se as fases do percurso metodológico, bem como as técnicas utilizadas para a recolha, para o tratamento e para a análise dos dados.

No terceiro capítulo analisa-se o ambiente securitário do Golfo da Guiné, através dos principais problemas e desafios existentes na região.

No quarto capítulo analisam-se os interesses estratégicos europeus na região do GoG que, numa perspetiva macro, sejam considerados vitais para o desenvolvimento económico e social da União Europeia.

No quinto capítulo analisa-se a estratégia europeia de segurança marítima elaborada em 2014, a estratégia europeia regional de segurança e proteção marítima para o GoG, elaborada no mesmo ano (2014), bem como as ações conducentes à sua operacionalização, incluídas no plano de ação de 2015.

Por fim, nas conclusões apresenta-se uma teoria sobre o modo como a UE tem contribuído para um ambiente securitário marítimo no GoG de modo a salvaguardar os seus interesses estratégicos.

## **2. Revisão da literatura, enquadramento conceptual e metodologia**

O presente Trabalho de Investigação Individual (TII) enquadra-se no âmbito das Ciências Militares, na área Estudo das Ciências e dos Conflitos Armados, e nas subáreas da Estratégia Militar e da Geopolítica (Academia das Ciências de Lisboa, 2011).

### **2.1 Enquadramento teórico e conceptual**

A *European Union Maritime Security Strategy* (EUMSS) assinala que a prosperidade e a segurança da União Europeia estão intrinsecamente associadas aos seus interesses marítimos, onde a elevada dependência da livre circulação do comércio marítimo, através de mares e oceanos abertos e seguros, é de vital importância (European Union Council, 2014a).

O aumento exponencial de ameaças, como a criminalidade e a atividade terrorista, resultantes do fraco controlo do acesso e segurança das águas da região do Golfo da Guiné, fomentou a edificação, em 2014, da *European Union Strategy on the Gulf of Guinea* (EUSGG) (European Union Council, 2014b).

Em 2015, na sequência da EUSGG, foi adotado o *Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020* (GoGAP) com vista a apoiar as organizações regionais – *African Union* (AU), a *Gulf of Guinea Commission* (GGC), a *Economic Community of West African States* (ECOWAS) e a *Economic Community of Central African States* (ECCAS) – a enfrentarem os enormes desafios impostos à segurança marítima e ao crime organizado na região.

Para melhor compreender a situação da segurança marítima no GoG, em muito afetada pelo exponencial aumento da pirataria e que acarreta elevados riscos para o comércio marítimo internacional (Luz, 2016, p. iv), torna-se imperativo definir o conceito de segurança marítima e delimitar a região do GoG.

#### **2.1.1 Segurança marítima**

O conceito de segurança marítima, sendo bastante lato, potencia a discordância sobre a sua definição, variando com o contexto e com as diferentes perceções de quem o utiliza.

Segundo uma visão ampla de Jesus (2015, p. 5), a segurança marítima, apesar de vinculada à prevenção de atos de sabotagem, de subversão ou de terrorismo, aglutina aspetos relacionados com a integridade territorial, a soberania, a prevenção de ilícitos marítimos e, acima de tudo, os relacionados com a paz e a segurança internacionais.

A *United Nations* (UN) refere que têm sido adotadas diversas abordagens para o conceito de segurança marítima. Dessa forma considera que, dependendo da perspetiva dos

Estados, as atividades que ocorram nos mares e oceanos, podem ameaçar direta ou indiretamente os seus interesses nacionais (United Nations, 2008, p. 15).

Nesta investigação, adotou-se a definição constante na EUMSS. Esta estratégia enquadra a segurança marítima num contexto de domínio marítimo global, onde é garantida a liberdade de navegação e são protegidos cidadãos, transportes, infraestruturas e recursos marinhos, existindo uma aplicação do Direito Internacional e do Direito Nacional (European Union Council, 2014a, p. 3).

### 2.1.2 Golfo da Guiné

A definição geográfica de GoG é interpretada de diferentes ângulos, consoante o contexto e os objetivos que se pretendem atingir, levando a que a mesma não seja consensual entre os mais variados autores ou organizações.

Para Ukeje & Ela (2013, p. 9), o GoG é composto por 16 países da região situados entre o Senegal e Angola e ao longo de uma costa com cerca de 6.000 km, incorporando a República Centro Africana, excluindo, no entanto, a Gâmbia, a Guiné e a Guiné Bissau.

Por sua vez, Kamal-Deen (2014, p. 26) adota a definição do GoG no contexto das Resoluções 2018 e 2039 do *United Nations Security Council* (UNSC), compreendendo 25 países e as quatro organizações regionais – ECOWAS, ECCAS, GGC e AU – consideradas como impulsionadoras da cooperação no âmbito da segurança marítima na região.

Neste estudo considerou-se a área do GoG definida pela EUSGG (European Union Council, 2014b, p. 1). Esta estratégia adota uma extensão de cerca de 6.000 km de costa, compreendida entre o Senegal e Angola, que inclui os Arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, sendo composta por 19 Estados, dos quais 17 costeiros (Figura 2) e membros das ECOWAS e ECCAS e integram a GGC e a AU.





**Figura 2 – Região do Golfo da Guiné**

Fonte: Adaptado a partir de Okafor-Yarwood & Pigeon (2020, p. 1).

## **2.2 Metodologia e método**

Para desenvolver a metodologia utilizaram-se como referências as “Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação” (Santos & Lima, 2019) e as Normas de Execução Permanente (NEP) do IUM (NEP/INV, 2020a, 2020b).

### **2.2.1 Metodologia**

Adota-se no presente estudo um posicionamento ontológico construtivista e uma epistemologia interpretativista, procurando-se compreender o processo específico de como a interação dos atores presentes no Golfo da Guiné vão moldando a realidade da região, num contexto de segurança marítima (Santos & Lima, 2019, pp. 16-18).

Utilizou-se o método científico de raciocínio indutivo, partindo de uma caracterização individual e particular de uma estratégia dedicada no GoG desde 2014, culminando numa teoria sobre o papel da União Europeia como ator de segurança marítima na região.

Adotou-se uma estratégia qualitativa, suportada em documentação estruturante e oficial da UE e de outras organizações, complementada com a análise de dados quantitativos considerados cruciais à investigação.

Desenvolveu-se um estudo de caso, num horizonte temporal transversal, sobre as medidas inscritas EUSGG e implementadas com vista à securitização da região do GoG.

Utilizaram-se pesquisas documentais como técnicas de recolha, de modo a permitir alcançar os objetivos propostos e responder às questões subsequentes.

### **2.2.2 Método**

O desenvolvimento da investigação decorreu em duas fases distintas. Durante a fase exploratória definiu-se o estado da arte, essencial à definição do Objeto de Estudo e à sua





delimitação. Seguidamente, definiram-se o problema de investigação e os objetivos de investigação, dando origem às questões derivadas. Com a definição dos conceitos estruturantes, construíram-se o modelo de análise e o percurso metodológico. De forma esquemática, o Quadro 3 constante no Apêndice A apresenta o modelo de análise, identificando o Objeto de Estudo e a sua delimitação, OG, OE, QC, QD, conceitos, dimensões, indicadores e técnicas de recolha de dados. Na fase analítica, mantendo a estratégia qualitativa, foram analisados e discutidos os dados recolhidos e apresentadas as conclusões da investigação relativas à importância estratégica do GoG para a UE e qual o seu papel enquanto ator regional de segurança marítima.

### 3. O ambiente securitário marítimo do Golfo da Guiné

A degradação da segurança no GoG pode ser analisada em dois contextos distintos. Por um lado, do ponto de vista histórico, os recursos naturais da região foram sistematicamente explorados pelas potências coloniais, tornando-se num importante centro comercial Euro-Africano. Por outro lado, os complexos processos de independência levaram a que novas instituições políticas não assegurassem a estabilidade social ambicionada. Tal facto, proporcionou uma continuada negligência nas estruturas de segurança marítima, em detrimento das questões relacionadas com as fronteiras interiores.

No GoG, a população total perfaz cerca de um terço da população do continente Africano, com 287 milhões de pessoas. As suas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) constituem 3,3 milhões de Km<sup>2</sup>, acrescentados por 208 mil Km<sup>2</sup> de mares territoriais, integrando as maiores reservas *offshore* de hidrocarbonetos do mundo, ao largo da Nigéria e de Angola (Figura 3). A maioria dos países do GoG possui baixíssimos índices de desenvolvimento humano, situação agravada por uma deficitária gestão dos lucros petrolíferos, beneficiando apenas os governos, as elites locais e as companhias de exploração (Pacheco, 2015, pp. 145-147).

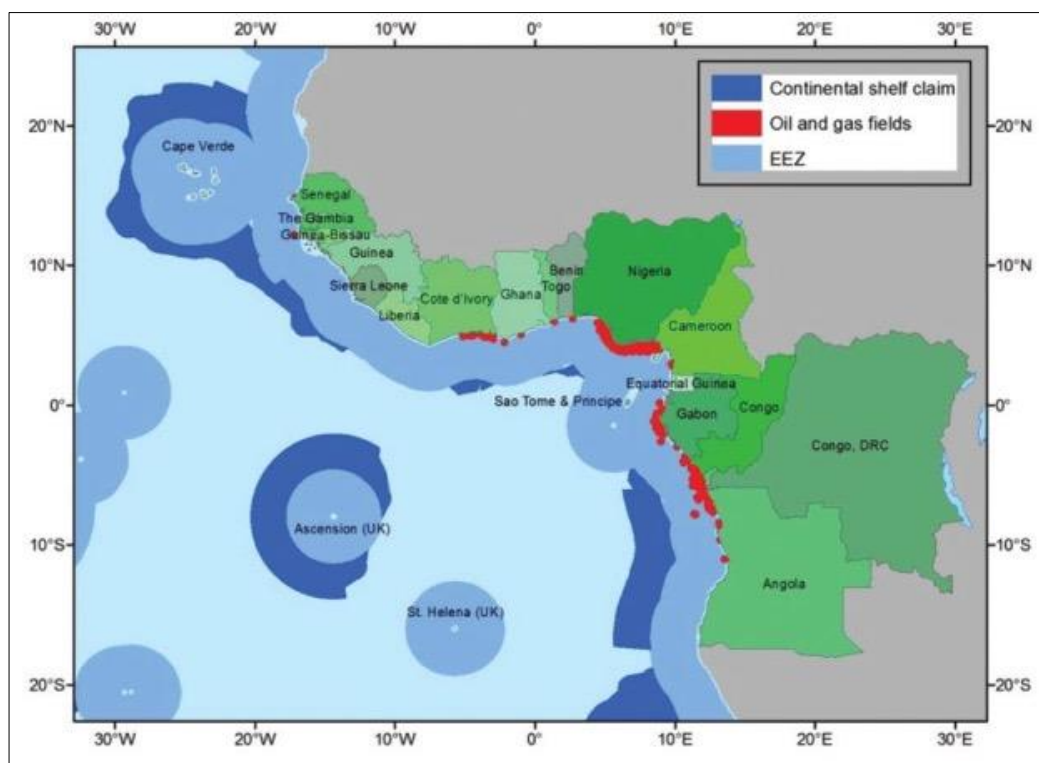


Figura 3 – Fronteira marítimas e campos de gás e petróleo *offshore* no GoG

Fonte: Adaptado a partir de Pacheco (2015, p. 148).

O *Fragile States Index* que classifica anualmente os países do mundo pela probabilidade de falharem enquanto Estados (Apêndice B), tem comumente avaliado a região do GoG como frágil, colocando 10 dos seus países entre os 40 mais frágeis do mundo (Fund For Peace, 2020).

A região encontra-se assim perante um enorme paradoxo. Apesar de se situar numa das áreas marítimas mais lucrativas, a sua população apresenta uma dramática pobreza, situação que facilita a entrada a todo o tipo de influências, tornando-se num importante centro de comércio ilícito.

### 3.1 A pirataria na região

Na última década, a Nigéria tem estado no epicentro do problema da pirataria e de outros ilícitos marítimos no GoG.

Os grupos de piratas do Delta do Níger têm sido altamente responsáveis pela destabilização das águas da região através de ataques a navios e de sequestros de tripulações, principalmente entre a Costa do Marfim e a República Democrática do Congo, a uma distância de 170 milhas de costa (Okafor-Yarwood & Pigeon, 2020, p. 39).

Nos últimos dez anos, navios de todo o tipo têm sido sequestrados enquanto permaneciam nos fundeadouros, à deriva ou a navegar (Figura 4). O roubo de petróleo, a utilização como navio-mãe para atacar outras embarcações e o resgate do navio e das tripulações em troca de avolumadas quantias de dinheiro são os principais objetivos.

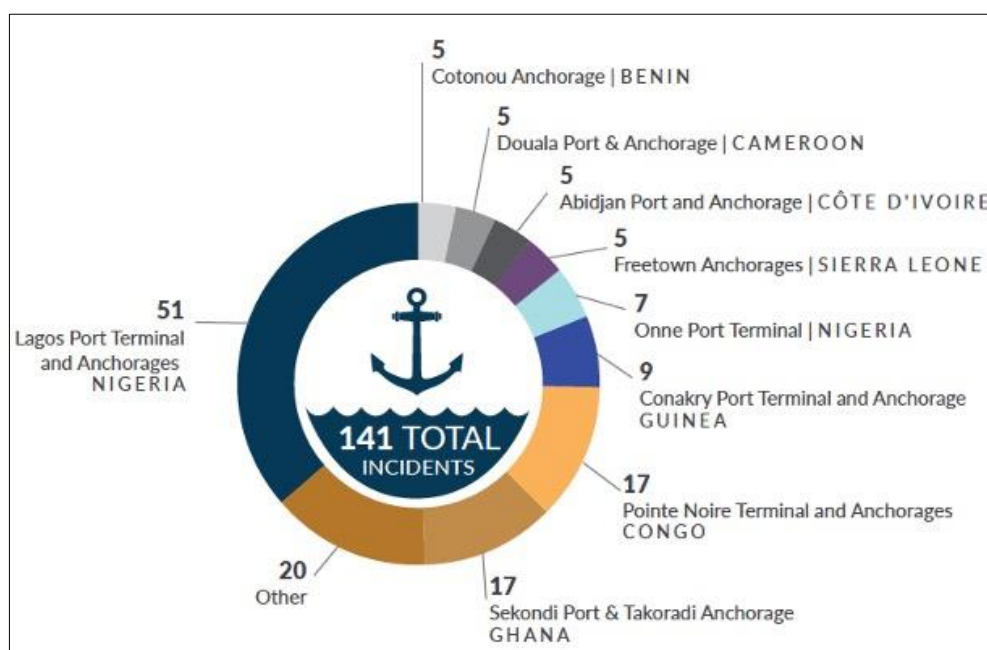
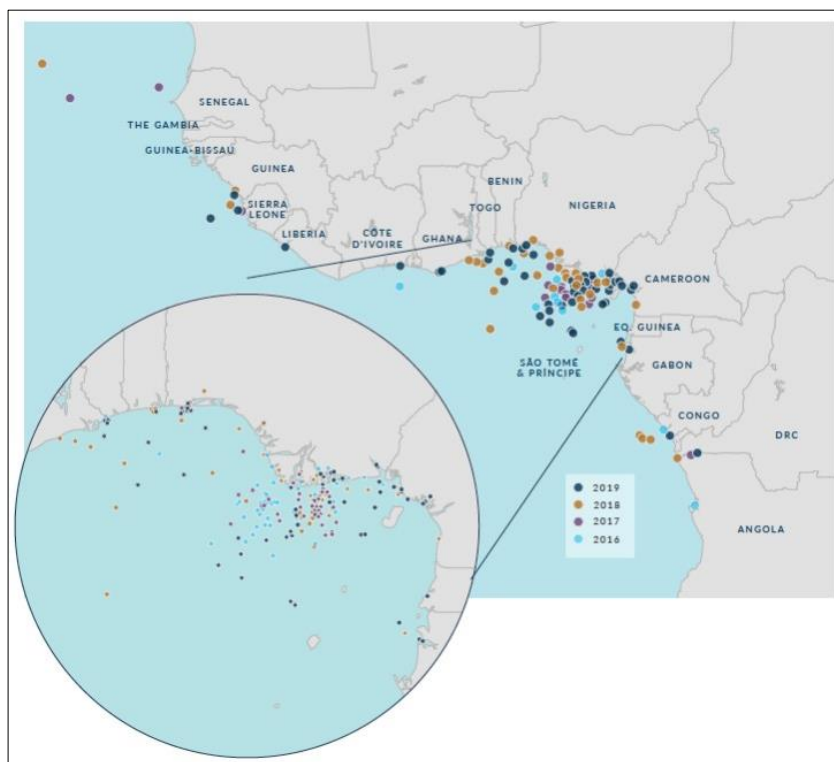


Figura 4 – Incidentes nos Portos e Fundeadouros (2009-2019)

Fonte: Adaptado a partir de Okafor-Yarwood & Pigeon (2020, p. 43).

Em 2019, apesar do decréscimo do número de incidentes totais, quando comparados com 2018 (Figura 5), registou-se um aumento de 60% de tripulações sequestradas, fazendo da região a mais afetada em todo o mundo pela pirataria e roubos no mar. Em vários portos e fundeadouros foram registados roubos ou tentativas, classificados na sua maioria de pequena escala. No entanto, e de acordo com o *The State of The Maritime Piracy 2019* (Joubert, 2020, pp. 9-17), durante esse ano, registaram-se 43 incidentes ao largo do Benim, Guiné Equatorial, Gabão, Togo, Nigéria e Camarões, tendo em 30 dos quais sido sequestrados 164 tripulantes e quatro navios. A Nigéria e os Camarões concentram um número elevado dos incidentes ocorridos em toda a região. No Apêndice B encontram-se dados complementares aos incidentes relacionados com a pirataria registados nos últimos cinco anos.

Apesar de relatado um número menor de ataques mal sucedidos em 2019, acredita-se que os piratas se têm tornado mais eficazes nas suas operações, revelando-se o sequestro mais violento, imprevisível e oportunista (Joubert, 2020, pp. 9-17).



**Figura 5 – Incidentes de Pirataria e Assalto Armado no Mar no GoG (2016-2019)**

Fonte: Adaptado a partir de Okafor-Yarwood & Pigeon (2020, p. 40).

### 3.2 Outros ilícitos marítimos

O tráfico de armas de pequeno calibre potencia a continuação das crises inter-estados, a violência política e o crime organizado na região provocado pelas milícias étnicas. Conforme o Apêndice B, as armas ilícitas usadas na sua maioria por esses grupos criminosos, provêm de países que passaram por conflitos internos como a Libéria, a Serra Leoa, a Costa do Marfim e, principalmente, a Líbia durante a sua Guerra Civil, ocorrida entre 2011 e 2014 (International Criminal Police Organization, 2018, p. 21).

O terrorismo presente no *Shael* e no norte da Nigéria tem causado graves problemas à região, podendo aumentar se grupos como *Boko Haram*<sup>1</sup> obtenham acesso ao mar.

O tráfico de drogas tornou a região numa atraente rota do circuito internacional do narcotráfico, onde uma grande quantidade desses ilícitos são provenientes da América do Sul (Apêndice B) e encontram no GoG uma importante plataforma de acesso à Europa (International Criminal Police Organization, 2018, p. 9).

Adicionalmente, as descargas de resíduos tóxicos e o derrame de petróleo associados ao roubo, conjuntamente com a pesca ilegal não regulamentada, apresentam-se como ameaças emergentes na região, afetando não só o ecossistema marinho, como também os custos de operação dos navios (Gaspar, 2013, p. 52).

### 3.3 A complexidade da segurança marítima

O assalto a navios ocorrido nos portos resulta da fraca capacidade de policiamento e vigilância das autoridades locais, bem como de marinhas e guardas costeiras incapazes ou praticamente inexistentes. Tal facto motivou um incremento de empresas de segurança privada que, além de protegerem as companhias petrolíferas, asseguram também a defesa de alguns portos.

Para garantirem a sua segurança, os Estados ribeirinhos do GoG apenas autorizam a entrada nas suas águas territoriais a navios que contratem elementos armados pertencentes a entidades estaduais. Estes grupos são, aparentemente, controlados por lideranças governamentais e militares. Contudo a presença de forças navais e de equipas de segurança a bordo são um eficaz meio dissuasor na contenção do fenómeno.

A capacitação de forças de segurança em terra, conjugada com programas e processos de condenação dos piratas, são medidas cruciais para limitar o seu acesso a locais de refúgio, mitigando assim o problema.

---

<sup>1</sup> Grupo extremista islâmico nigeriano do norte do país, em guerra com o Governo nacional, exigindo a instituição do Islão.

#### **4. Os interesses estratégicos europeus no Golfo da Guiné**

Os interesses estratégicos da UE no Golfo da Guiné poderão ser altamente influenciados pelas ameaças anteriormente analisadas. Portugal, enquanto Estado-Membro, procurando alcançar os seus objetivos, poderá dar um importante contributo para alcançar os interesses da UE na região.

##### **4.1 Os interesses partilhados**

Com o objetivo maior de reduzir e erradicar a pobreza, a UE adotou o *Cotonou Agreement*<sup>2</sup>, contribuindo desse modo para a integração na economia mundial dos países em desenvolvimento. Tais objetivos, de forma holística, encontram-se interligados aos interesses europeus no continente africano.

A UE detém elevados interesses estratégicos na região, nomeadamente políticos, económicos, comerciais e securitários, concomitantemente partilhados com os países do GoG. A relevância da partilha desses interesses encontra-se bem explanada na EUSGG, onde são considerados como “*Shared African and European interests*”.

A riqueza em recursos naturais da extensa costa da região é vital para os países do GoG, mas também de crucial importância para o comércio com a UE, onde o transporte marítimo assume um papel fundamental. Outro ponto de interesse é a preocupação da UE na exploração sustentável dos recursos marinhos, onde se destaca a atividade piscatória, essencial às comunidades locais, mas com grande peso para os clientes europeus. Todavia, um dos interesses europeus de maior dimensão prende-se com a exploração sustentável de recursos energéticos, nomeadamente de hidrocarbonetos. Atualmente a UE importa cerca de metade das suas necessidades energéticas, tendo origem 6% do LNG e 13% do petróleo no GoG, assumindo-se os países Guiné-Equatorial, Gabão, Angola e Nigéria como importantes fornecedores (European Union Council, 2014b, p. 2).

Os valores anteriormente referidos, demonstram de forma bem patente a estratégia de diversificação das fontes energéticas da UE numa perspetiva de se tornar cada vez menos dependente dos produtos petrolíferos oriundos da região instável do Médio Oriente e, particularmente, da Rússia. Estes valores expressam, ainda, a forma significativa da crescente importância desta sub-região de África como fornecedor viável de recursos energéticos e, particularmente, de gás natural para a Europa, o que leva a um incremento acentuado das vantagens geopolíticas (Pavia, 2015, p. 159).

---

<sup>2</sup> Adotado em 2000, trata-se do quadro geral para as relações da UE com 79 países (África, Caraíbas e Pacífico), incluindo 48 países da África Subsariana.

É neste contexto que a região do GoG tem assumido, cada vez mais, um preponderante papel na *European Energy Security Strategy (EESS)*, encaixando-se na diversificação das fontes externas e das respetivas infraestruturas, um dos seus oito pilares (European Commission, 2014, p. 3).

Complementarmente, Pacheco (2015, p. 147) afirma que as rotas marítimas do GoG para a Europa e para os Estados Unidos da América (EUA) são detentoras de um elevado valor, por não existirem *chokepoints* entre estes países e pelas distâncias de navegação serem mais curtas do que as praticadas para o Médio Oriente. Estes dois fatores tem um peso significativo quando são analisadas questões relacionadas com custos de transporte e, ainda mais, no âmbito da segurança do transporte marítimo.

Por outro lado, para a região do GoG, também a Europa se reveste de elevada relevância como destino para a exportação de recursos naturais da região, tais como os recursos florestais, agrícolas e minerais.

Com o acelerar do seu crescimento económico, o GoG tem se tornado num potencial mercado para exportações, atraindo nos últimos anos um crescente investimento europeu em diversos sectores. Tal facto, consubstancia um interesse cada vez mais permanente na promoção da segurança e da estabilidade da região, protegendo de igual forma os seus cidadãos europeus das ameaças originárias no GoG, nomeadamente, a pirataria, o terrorismo e o tráfico de droga, como analisado anteriormente.

#### **4.2 O potencial contributo de Portugal**

Portugal, membro da UE, da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tem a sua posição estratégica internacional no centro da comunidade transatlântica e evidencia a sua influência no quadro internacional. A ligação à CPLP é altamente valorizada nas relações entre a Europa e a África Austral, onde o espaço lusófono tem alcançado um peso muito significativo no GoG.

No contexto energético, em 2017, o total de produção de energia fóssil dos países da CPLP superou a Arábia Saudita enquanto maior produtor de petróleo e gás *offshore*. Note-se ainda que, enquanto produtores na região do GoG, Angola e a Guiné Equatorial representaram nesse ano 33% e 7% do total de produção da CPLP, respetivamente (PriceWaterhouseCoopers, 2019, p. 33).

Os dados apresentados tornam evidente a preponderância que esta comunidade assume no mercado global de hidrocarbonetos, deixando patente que a manutenção de uma estreita relação com os seus membros será da maior relevância para a segurança energética de



Portugal e da própria UE. Ainda no contexto energético, Portugal pode contribuir de forma significativa para a diversificação energética europeia através do “*hub* energético Ibérico”. Integrando um conjunto de portos ibéricos, o Porto de Sines com capacidade de regaseificação e armazenagem, permite a posterior distribuição do LNG e petróleo pelo sistema de gasodutos existentes na Península Ibérica, com ligação à restante Europa através dos Pirenéus franco-espanhóis (Figura 6).



Figura 6 – Mapa da rede ibérica de gás natural (2019)

Fonte: Adaptado a partir de *European Network of Transmission System Operators for Gas* (2020).

As trocas comerciais com a região do GoG são de importância significativa para a dinâmica económica de Portugal e, consequentemente, para a UE. A balança comercial de bens e serviços com a CPLP tem sido positiva, registando um aumento de 17% em 2017 (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, 2018).

Portugal tem demonstrado ao longo dos últimos anos a existência de interesses nacionais na região do GoG. No âmbito da segurança regional e no quadro das alianças internacionais do qual é membro, tem participado em várias missões de combate às redes de terrorismo e de criminalidade organizada, contribuindo para a estabilização da África Ocidental. Contributo esse, considerado crucial à segurança do espaço europeu.



## **5. A União Europeia e a estabilização do Golfo da Guiné**

No presente capítulo analisam-se a estratégia da União Europeia para segurança e proteção marítima no Golfo da Guiné e o respetivo plano de ação, bem como a estratégia europeia de segurança marítima, da qual os dois primeiros documentos derivaram.

A UE tem visto aumentar internacionalmente o seu reconhecimento na qualidade de ator global de segurança, quer enquanto ator civil e ético, quer pela sua força de ator político de referência numa abordagem preventiva às crises. No domínio da segurança marítima, o seu perfil de ator de segurança foi amplamente reconhecido por ação da eficaz implementação, no final de 2008, da *European Union Naval Force* (EUNAVFOR) da Operação ATALANTA no Golfo de Áden.

### **5.1 Estratégia europeia de segurança marítima**

Em contexto de afirmação enquanto ator global de segurança marítima, a UE elaborou a EUMSS, a qual assenta em princípios e objetivos específicos, encontrando-se explanados no Apêndice C. Esta constitui-se ainda num quadro global contributivo para a estabilidade e segurança marítima mundial, assinalando que a prosperidade e segurança dos cidadãos e das comunidades se encontram intrinsecamente associados aos interesses marítimos da UE. Igualmente, a elevada dependência da UE em relação aos oceanos e mares abertos e seguros para o comércio livre, transportes, desenvolvimento económico, segurança energética, entre outros, obriga a uma permanente proteção dos seus interesses geopolíticos e económicos no mar. Porém e mais alargadamente, estes têm o objetivo em proteger o comércio marítimo contra potenciais ameaças e atividades ilícitas no mar (European Union Council, 2014a, pp. 1-3).

#### **5.1.1 O plano de ação**

Com o propósito de operacionalizar a EUMSS, a UE a adotou em 2014 o EUMSS *Action Plan*, sendo revisto em 2018, de modo a manter-se o mais adequado possível. Tendo por base as estratégias e políticas de segurança marítima aplicáveis às bacias marítimas da UE, o plano aplica-se ainda aos espaços marítimos partilhados no domínio marítimo global, onde a UE se pretende afirmar enquanto ator global de segurança marítima. Este divide-se ainda em duas partes distintas. A Parte A, que congrega as questões horizontais, aborda as linhas de ação identificadas na EUMSS. Complementarmente, a Parte B trata os assuntos marítimos regionais, reunindo necessidades específicas das principais zonas marítimas (European Union Council, 2018, pp. 7-9). No Apêndice D constam alguns extratos das referidas partes onde a região do GoG é mencionada.

## **5.2 A ação europeia no Golfo da Guiné**

Sendo o GoG uma região que reúne os principais produtores africanos de hidrocarbonetos, onde as fragilidades socioeconómicas dos estados permitem o fácil surgimento de ameaças à segurança marítima, e como analisado no capítulo três, estas têm igualmente provocado um elevado impacto na vida das populações locais.

Nesse contexto, a UE através de uma abordagem holística, tem procurado desenvolver uma estratégia focada na região, avaliando os seus diversos problemas e procurando encontrar soluções prósperas, sustentáveis e eficazes. De referir que a construção dessas soluções, além de incitar ao desenvolvimento na região, tem permitido à UE uma presença próxima na salvaguarda dos seus interesses.

De salientar que, apesar da reconhecida liderança assumida no combate às ameaças marítimas no Golfo de Áden e onde desenvolveu uma importante experiência no domínio da segurança marítima, a UE tem abordado as questões securitárias no GoG de uma forma única e sem qualquer intervenção militar até ao presente.

Por outro lado, a condição de ator global de segurança marítima, o aumento de criminalidade na região e os interesses geopolíticos e económicos na região, tem legitimado a atuação da UE no GoG. Outro fator prende-se com a sua posição nos *fora* internacionais no âmbito da governação marítima e das pescas, e sobretudo como signatário da *United Nations Convention on the Law of the Sea*<sup>3</sup> (UNCLOS). A relevância geopolítica do GoG conferida pela UE, fortalece-a não só enquanto um importante parceiro na implementação de uma estrutura de segurança marítima adequada, e principalmente baseada em África, mas também na sua atuação enquanto impulsionador de desenvolvimento regional.

Como observado anteriormente, a dimensão transnacional e internacional das ameaças presentes no domínio marítimo do GoG levaram a uma intervenção da comunidade internacional, onde a UE tem dado uma robusta resposta de liderança e amplamente reconhecida como uma indispensável contraparte na região.

## **5.3 A estratégia regional para o Golfo da Guiné**

Posteriormente à realização em Yaoundé da Cimeira dos Chefes de Estado do GoG de 2013 – cimeira despoletada pelo aumento exponencial das ameaças e do fraco controlo e segurança ao longo de toda a costa –, a UE adotou a EUSGG em 2014. Esta estratégia, analisa de forma geral as ameaças que afetam a região (estudadas no capítulo três), assim como os riscos inerentes aos países do GoG e, consequentemente, também à UE e aos seus

---

<sup>3</sup> Montego Bay, Jamaica, 1982

Estados-Membros. A EUSGG foi elaborada com vista à edificação de uma coordenação entre os Estados-Membros da UE, os países do GoG e os parceiros internacionais como a UN. Com a adoção de uma *Comprehensive Approach*, a EUSGG assenta nos seguintes quatro objetivos específicos (European Union Council, 2014b):

- Desenvolver uma interpretação comum entre os países da região e a comunidade internacional acerca da gravidade da ameaça no Golfo da Guiné e da necessidade de a combater;
- Ajudar os governos da região a criar instituições, administrações marítimas e capacidades sólidas para assegurar a sensibilização para as questões marítimas, de segurança e do Estado de Direito ao longo da costa;
- Apoiar economias prósperas nesta região, em consonância com as estratégias de desenvolvimento nacionais e regionais, para criar emprego e ajudar as comunidades vulneráveis a aumentarem a sua capacidade de resistência e a enfrentarem as atividades criminosas ou violentas;
- Reforçar as estruturas de cooperação entre os países da região e as organizações regionais a fim de adotarem as medidas necessárias para atenuar as ameaças no mar e em terra.

A implementação da EUSGG consubstanciou-se considerando os “*Shared African and European interests*”, tendo presente que o auxílio regional para o alcance da paz, da segurança e da prosperidade ocorrerá através das economias e das instituições locais.

#### 5.3.1 O plano de ação

De modo a operacionalizar a EUSGG, foi implementado o GoGAP 2015-2020. Este plano visa reforçar o apoio da UE aos Estados costeiros do GoG no elevado esforço para defrontarem os desafios do domínio marítimo e do combate ao crime organizado. Complementarmente, o GoGAP vem reafirmar a relevância que a UE imprime à intensificação da cooperação e ao aumento do nível de coordenação com as principais organizações regionais – ECOWAS, ECCAS, GGC e AU – com vista à promoção da segurança e de uma longa e duradoura estabilidade da região. Abrangendo o período 2015-2020, o GoGAP edifica-se em quatro objetivos estratégicos, onde prevê 14 resultados com 67 ações, compreendendo atividades imediatas (até um ano), de médio prazo (um a três anos) e de longo prazo (três a cinco anos) (European Union Council, 2020, p. 6).

Apresentado em fevereiro de 2020, o quarto relatório de implementação do GoGAP descreve a evolução ocorrida durante 2018, tendo como base as atividades realizadas pelos

Estados-Membros, pela Comissão Europeia e pelo *European External Action Service* (EEAS). As ações de implementação do relatório encontram-se detalhadas no Quadro 7 do Apêndice E.

Durante 2018, a UE desenvolveu um conjunto de atividades de forma bastante significativa através de novos projetos, e de alguns já em curso, os quais foram complementados por uma presença naval mais regular. A segurança marítima contribuiu de modo notório para o estabelecimento do diálogo político entre UE e Estados do GoG, permitindo uma crescente interligação com a economia azul, a migração, a aplicação da lei, a governação dos oceanos e o desenvolvimento humano. Por outro lado, a intensificação da pirataria e dos sequestros das tripulações têm limitado o investimento de uma indústria naval cada vez mais preocupada, tendo consequências claras no desenvolvimento dos Estados costeiros. A limitação do progresso do GoGAP durante 2018 poderá ainda ser explicado no âmbito da Arquitetura de Yaoundé, onde as capacidades operacionais e funcionais das estruturas regionais e inter-regionais (Figura 7) continuam por completar (European Union Council, 2020, pp. 1-3).



**Figura 7 – Organizações regionais da Arquitetura de Yaoundé (2013)**

Fonte: Disponível em *Expertise France* (2020).

Do relatório em apreço retiram-se algumas conclusões como seguidamente se elencam. Em 2018, a UE e os Estados-Membros continuaram a posicionar o GoG como uma região altamente estratégica, onde existe uma partilha de interesses com os Estados locais.

O GoGAP, adotado em 2015, manteve a sua atualidade e o alinhamento estratégico com o Código de Conduta de Yaoundé<sup>4</sup> como instrumento proeminente no objetivo da UE em apoiar os países no desenvolvimento sustentável das comunidades costeiras, no fomento da eficácia da boa governança e no fortalecimento do Estado de Direito. Porém, o alcance da totalidade desse objetivo exigirá muito provavelmente um maior foco da UE nas relações políticas na região, complementada com uma maior determinação dos países na construção de capacidades nacionais no apoio à cooperação regional.

Apesar dos diferentes prazos de implementação e dos objetivos propostos do GOGAP, os resultados até então alcançados, levam a que seja considerado ainda como adequado. Todavia, passados cinco anos da criação das organizações regionais que se encontram acima na Figura 7, – *Interregional Coordination Centre (ICC)*, *Regional Centre of Maritime Security Coordination for Central Africa (CRESMAC)* e *Regional Centre of Maritime Security Coordination for West Africa (CRESMAO)* – continua a existir uma necessidade premente destas serem equipadas e capacitadas a fim de liderarem os esforços intra e transnacionais de estabilização e desenvolvimento do GoG.

### 5.3.2 O contributo de Portugal

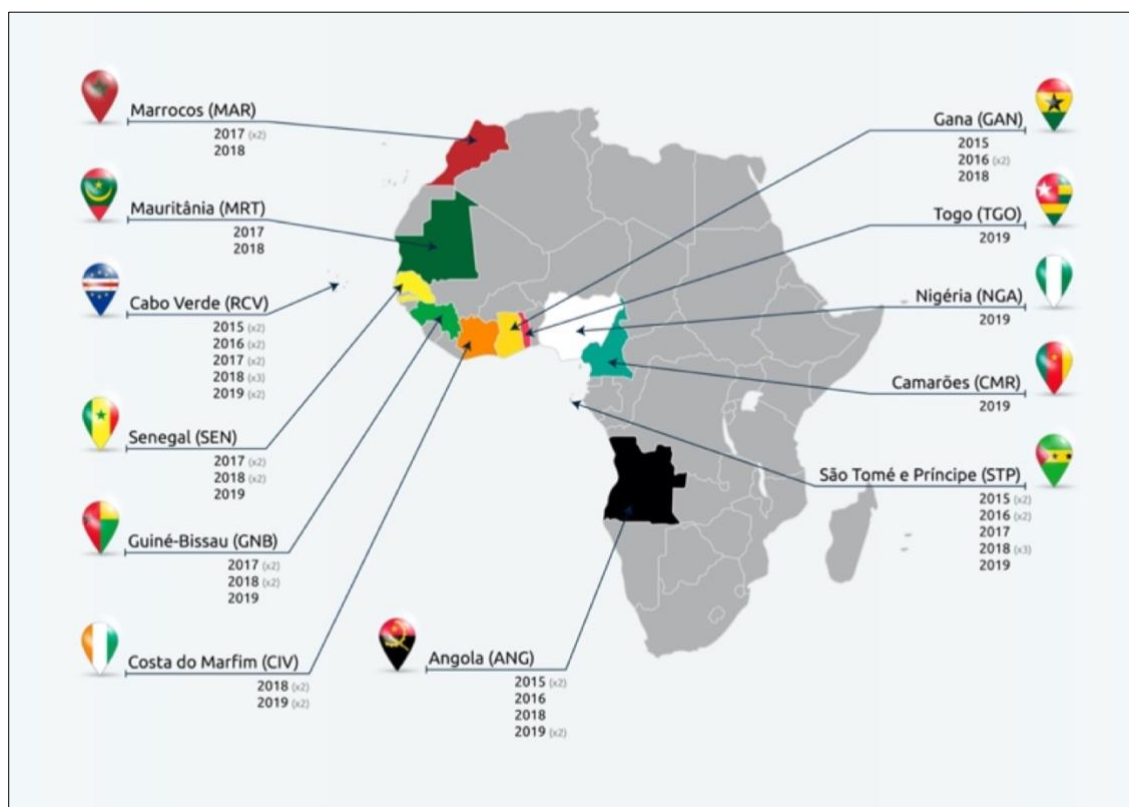
No âmbito do GoGAP, vários foram os Estados-Membros que desenvolveram atividades de cooperação através de programas bilaterais, os quais se encontram descritos no Quadro 8 do Apêndice E.

Na condição de Estado-Membro, Portugal manteve em 2018 os programas bilaterais de Cooperação no Domínio da Defesa (CDD) com os países da CPLP<sup>5</sup>. Complementarmente, e no âmbito da “Iniciativa Mar Aberto” realizada desde 2015 (Figura 8), a significativa e regular presença naval no GoG permitiu alcançar os seguintes objetivos:

- Capacitação das Marinhas de Angola e da Guiné-Bissau;
- Capacitação das Guardas Costeiras de Cabo-Verde e de São Tomé e Príncipe;
- Edificação de vigilância conjunta dos espaços marítimos de soberania e jurisdição de Cabo-Verde e de São Tomé e Príncipe, através da presença do Navio da República Portuguesa (NRP) Zaire desde 2018.

<sup>4</sup> Adotado em 2013 durante a Cimeira dos Chefes de Estado do GoG de 2013 em Yaoundé, Camarões.

<sup>5</sup> Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola.



**Figura 8 – Ações da Iniciativa Mar Aberto (2015-2019)**

Fonte: Adaptado a partir de Ribeiro (2020).

De modo semelhante a outros Estados-Membros e países africanos, e como contributo à capacitação no âmbito da segurança marítima do GoG, Portugal tem participado em vários exercícios internacionais, de onde se destaca a participação nos exercícios *Obangame Express*<sup>6</sup>, *Remex 18*<sup>7</sup> e *African Nemo 18.1 e 18.2*<sup>8</sup>, todos em 2018.

Adicionalmente, Portugal tem apoiado programas de cooperação técnica para a capacitação das instituições policiais nos países da CPLP. De acordo com o quarto relatório do GoGAP (European Union Council, 2020, pp. 18-26) e no âmbito da Arquitetura de Yaoundé, Portugal tem cooperado na operacionalização dos *Multinational Maritime Coordination Centre* das Zona A e Zona G, localizados respetivamente, em Angola e em Cabo-Verde conforme explanado acima na Figura 7.

<sup>6</sup> Realizado pelo *Africa Command* da Marinha Americana.

<sup>7</sup> Realizado pela Marinha Nigeriana.

<sup>8</sup> Realizado pela Marinha Francesa.



## 6. Conclusões

O Golfo da Guiné alcançou, nos últimos anos, uma expressiva relevância no contexto internacional, muito pelo seu interesse aos níveis geopolítico e geoestratégico. Interesse esse que deriva não só do seu potencial económico relacionado com as elevadas reservas de hidrocarbonetos situadas em países como a Nigéria e Angola, mas também da deterioração da segurança marítima em todo o GoG, com elevado impacto regional e global. É nesse contexto que a UE, de modo a garantir a salvaguarda dos seus interesses políticos e económico-energéticos no GoG, tem sido um ator preponderante na construção de um processo de segurança marítima de propriedade regional.

De modo a alcançar o desidrato proposto para este estudo, utilizou-se um raciocínio indutivo, partindo de uma caracterização individual e particular da EUSGG implementada em 2014, culminando numa teoria sobre o papel da UE com ator regional de segurança marítima. Adotou-se uma estratégia qualitativa, desenvolvendo-se um estudo de caso, num horizonte temporal transversal, sobre as medidas inscritas EUSGG e implementadas com vista à securitização da região do GoG.

A investigação que teve como OG – “Analisar o papel da União Europeia, enquanto ator de segurança marítima na região do Golfo da Guiné”, pretendeu responder à QC – “Qual o papel da União Europeia enquanto ator de segurança marítima na região do Golfo da Guiné?”. Assim, e de modo a enquadrar e delimitar o tema de estudo, do OG derivaram três OE que se pretenderam alcançar respondendo a três QD subsequentes.

O primeiro OE – “Analisar o ambiente de segurança marítima na região do Golfo da Guiné”, levou à QD1 – “Qual o ambiente securitário marítimo na região do Golfo da Guiné?”, sendo respondida no capítulo 3. O potencial de disseminação do terrorismo, a par da pirataria, gera elevadas preocupações à região, acarretando grandes e continuados problemas para a navegação, e para o desenvolvimento regional e global. Tal fato, tem igualmente um elevado impacto nos interesses da UE presentes na região, assim como nas questões de segurança do velho continente.

O segundo OE – “Analisar os interesses estratégicos da União Europeia na região do Golfo da Guiné”, conduziu à QD2 – “Que interesses estratégicos detém a União Europeia na região do Golfo da Guiné?”, a qual se encontra desenvolvida no capítulo 4. A UE possui elevados interesses na região – políticos, económicos, comerciais e securitários – os quais assumem uma elevada relevância pela sua partilha com os países do GoG. Portugal, pela sua ligação à CPLP e pela sua posição estratégica transatlântica, tem cooperado e facilitado a

melhoria das relações euro-africanas, contribuindo para o incremento da balança comercial e da não menos relevante segurança energética europeia.

O terceiro e último OE – “Analisar as ações que a União Europeia tem desenvolvido no contexto da estabilização da região do Golfo da Guiné”, encaminhou à QD3 – “Que ações tem desenvolvido a União Europeia no contexto da estabilização da região do Golfo da Guiné?”, tendo sido respondida no capítulo 5. Desde 2013, a UE tem desenvolvido um conjunto de atividades e ações inseridas na EUSGG e no GoGAP, ancoradas na segurança marítima e numa presença naval dos Estados-Membros mais regular, contribuindo assim para um diálogo mais premente em temáticas como a economia azul, a migração, a governação dos oceanos e o desenvolvimento humano, social e económico da região. Com as atividades constantes no GoGAP, a UE através dos seus organismos e Estados-Membros tem permitido a conjunção de esforços numa coordenada cooperação internacional para a edificação sustentável de capacidades nacionais e regionais de segurança marítima. Como contributo à EUSGG e inserido no GoGAP, Portugal tem mantido um conjunto de programas bilaterais e de cooperação técnica com os países da CPLP, aliado a uma significativa e regular presença naval no GoG. De salientar, ainda, o apoio à Arquitetura de Yaoundé na operacionalização dos *Multinational Maritime Coordination Centre* sites em Angola e em Cabo-Verde.

Deste modo, as respostas às QD anteriormente apresentadas, permitem responder de forma consolidada à QC, consubstanciando a teoria de que a UE é um ator regional de segurança marítima no GoG.

A UE através de uma abordagem holística, tem aplicado uma estratégia particularizada no GoG, procurando encontrar soluções prósperas, sustentáveis e eficazes para os diversos problemas que a região enfrenta. Adicionalmente, e através da adoção de uma *Comprehensive Approach*, a UE tem liderado de forma robusta e muito próxima a resposta da comunidade internacional à dimensão transnacional e internacional das ameaças existentes no domínio marítimo do GoG. Tendo em consideração os relevantes “*Shared African and European interests*”, a UE tem ainda auxiliado a região com vista ao alcance da paz, da segurança e da prosperidade duradouras através do desenvolvimento das economias e das instituições locais. Por fim, ao prosseguir com o objetivo declarado de contribuir e apoiar um processo de segurança marítima de pertença regional, a UE encontra-se de facto desempenhar um papel de ator de segurança marítima de uma forma multifacetada, onde é considerada como uma relevante e indispensável contraparte da e para a região do GoG.



Considerando os dados recolhidos e analisados, os quais permitiram dar resposta à QC levantada, observa-se que o objetivo do TII foi alcançado na sua plenitude, contribuindo assim para uma possível ampliação do conhecimento sobre o tema estudado.

Como contributos para o conhecimento, releva-se a hipótese de aplicação da metodologia utilizada no presente estudo a outras regiões consideradas como estratégicas pela UE, como por exemplo o Golfo de Áden ou o Magrebe, incrementando a sua afirmação enquanto ator regional de segurança marítima. Destaca-se, ainda, o contributo deste estudo para uma compreensão mais aprofundada da participação da UE no processo de segurança marítima do GoG, através de uma estratégia e de um plano de ação direcionados.

Como limitação à investigação, salienta-se o fato deste estudo não ter analisado os resultados da implementação do GoGAP 2015-2020 na sua totalidade, pelo facto dos relatórios disponíveis à data apenas abrangerem o período de 2015 a 2018.

Considerando o domínio abordado nesta investigação, e de modo a dar continuidade ao presente estudo, considera-se pertinente analisar a implementação total do GoGAP 2015-2020, recorrendo aos resultados referentes a 2019 e a 2020, que previsivelmente serão disponibilizados através dos quinto e sexto relatórios em 2021 e 2022, respetivamente. Será ainda de considerar em estudos futuros, a análise da necessidade de implementação de uma EUNAVFOR na região do GoG.



## Referências Bibliográficas

- Academia das Ciências de Lisboa. (2011). *Definição / Conceito de Ciências Militares (Ofício)*. Lisboa.
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2018). *Relações Económicas Bilaterais com a CPLP 2013-2017 (janeiro a dezembro)*. Retirado de [http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/RelacoesEconomicasBilateraiscomaCPLP2006\\_2011Janeiro.aspx](http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/RelacoesEconomicasBilateraiscomaCPLP2006_2011Janeiro.aspx)
- European Commission. (2014). *European Energy Security Strategy*. Obtido de <https://www.eesc.europa.eu/resources/docs/european-energy-security-strategy.pdf>
- European Network of Transmission System Operators for Gas . (2020). *Transmission Capacity Map 2019*. Obtido de [https://www.entsog.eu/sites/default/files/2020-01/ENTSOG\\_CAP\\_2019\\_A0\\_1189x841\\_FULL\\_401.pdf](https://www.entsog.eu/sites/default/files/2020-01/ENTSOG_CAP_2019_A0_1189x841_FULL_401.pdf)
- European Union Council. (2014a). *European Union Maritime Security Strategy*. Retirado de <http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%2011205%202014%20INIT>
- European Union Council. (2014b). *EU Strategy on the Gulf of Guinea – Foreign Affairs Council Meeting*. Retirado de [https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eu\\_strategy\\_on\\_the\\_gulf\\_of\\_guinea\\_7.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/eu_strategy_on_the_gulf_of_guinea_7.pdf)
- European Union Council. (2018). *European Union Maritime Security Strategy Action Plan*. Retirado de [https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/sites/maritimeaffairs/files/2018-06-26-eumss-revised-action-plan\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/maritimeaffairs/sites/maritimeaffairs/files/2018-06-26-eumss-revised-action-plan_en.pdf)
- European Union Council. (2020). *Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020: Fourth Implementation Report*. Retirado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-6183-2020-INIT/en/pdf>
- Expertise France. (2020). GoGIN – Gulf of Guinea Inter-Regional Network [Página online]. Retirado de <https://expertisefrance.fr/web/guest/fiche-projet?id=410088>.
- Fund For Peace. (2020). Fragile States Index [Página online]. Retirado de <https://fragilestatesindex.org/data/>
- Gaspar, R. (2013). *Importância Geopolítica da Região do Golfo da Guiné no Quadro da Defesa e da Segurança. Para uma Estratégia Marítima Integrada*. (Tese de Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus). Universidade de Évora, Évora.



- Gulf of Guinea Commission. (2013). *The Yaoundé Declaration of Heads of States and Government of Central and West African States*. Obtido de <https://cggrps.com/en/our-documents/>
- International Criminal Police Organization. (2018). *Overview of Serious and Organized Crime in West Africa 2018*. Retirado de <https://www.interpol.int/>
- Jesus, F. (2015). *A Segurança Marítima no Golfo da Guiné: da Coerência do Discurso Nacional à Ação no Terreno*. (Trabalho de Investigação – CDN 2014-2015). Instituto de Defesa Nacional [IDN], Lisboa.
- Joubert, L. (2020). *The State of the Maritime Piracy 2019*. Obtido de <https://stableseas.org/sites/default/files/stateofpiracy2019.pdf>
- Kamal-Deen, A. (2014). *Maritime Security Cooperation in the Gulf of Guinea: Prospects and Challenges*. (Dissertation Thesis for Doctor of Philosophy). University of Wollongong, Australia.
- Luz, M. (2016). *A Pirataria no Golfo da Guiné: Como precaver a intensificação do fenómeno da insegurança no Golfo da Guiné e reconduzir a região a uma situação de estabilidade e segurança?* (Tese de Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Universidade Católica Portuguesa [UCP], Lisboa.
- Marine Vessel Traffic. (2019). Oceans Live Ship Traffic and Density Maps [Página online]. Retirado de <https://www.marinevesseltraffic.com/regions/oceans>
- NEP/INV. (2020a). *Procedimentos relativos à elaboração de trabalhos de investigação realizados no âmbito de cursos que não atribuem grau académico*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- NEP/INV. (2020b). *Estrutura e regras de citação e referenciação de trabalhos escritos a realizar no Instituto Universitário Militar*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Okafor-Yarwood, I., & Pigeon, M. (2020). *Stable Seas – Gulf of Guinea*. Retirado de <https://safety4sea.com/wp-content/uploads/2020/04/gulf-guinea-executive-summary-digital-english.pdf>
- Pacheco, M. B. (2015). The Gulf of Guinea: Maritime Challenges. Em P. B. Graça, *New Challenges of the Atlantic: An Approach from Portugal* (pp. 145-155). Lisboa: ISCSP.
- Pavia, J. (2015). The maritime security in the Gulf of Guinea: The energy security of Europe and the potential role of Portugal. Em P. B. Graça, *New Challenges of the Atlantic – An Approach from Portugal* (pp. 157-168). Lisboa: ISCSP.



- PriceWaterhouseCoopers. (2019). *PwC LEME Circum-navegação: Uma visão integrada da economia do mar*. Retirado de <https://www.pwc.pt/publicacoes/leme/cplp/pwc-leme-cplp-2019-pt.pdf>
- Ribeiro, A. S. (2020). Observador *Online*. Iniciativa Mar Aberto 2015-2019. Retirado de <https://observador.pt/opinioao/a-iniciativa-mar-aberto/>
- Santos, L. A., & Lima, J. M. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. (2ªed, revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Ukeje, C., & Ela, W. (2013). *African Approaches to Maritime Security – The Gulf of Guiné*. Obtido de <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/nigeria/10398.pdf>
- United Nations. (2008). *United Nations General Assembly – Oceans and the law of the sea – 63rd session*. (Report of the Secretary-General – A/63/63) Retirado de <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/266/26/PDF/N0826626.pdf?OpenElement>



## Apêndice A – Modelo de Análise

Quadro 3 – Modelo de Análise

Tema	União Europeia, Portugal e Golfo da Guiné				
Objeto de Estudo	A importância do Golfo da Guiné na perspetiva da União Europeia, entre 2014 e 2020				
Problema de Investigação	Será a região do Golfo da Guiné importante no ponto de vista da União Europeia?				
Objetivo Geral (OG)	Analisar o papel da União Europeia, enquanto ator de segurança marítima na região do Golfo da Guiné.				
Objetivos Específicos (OE)	Questão Central (QC)	Qual o papel da União Europeia enquanto ator de segurança marítima na região do Golfo da Guiné?			
	Questões Derivadas (QD)	Conceito	Dimensão	Indicadores	Técnicas de Recolha
OE1 Analisar o ambiente da segurança marítima na região do GoG.	QD1 Qual o ambiente de segurança marítima na região do GoG?	Segurança Marítima	Política Militar	- Portos - Transporte Marítimo - Ameaças	Análise Documental
OE2 Analisar os interesses estratégicos da UE na região do GoG.	QD2 Que interesses estratégicos detém a UE na região do GoG?		Política Estratégica Económica	- Recursos Energéticos - Trocas Comerciais	
OE3 Analisar as ações que a UE tem desenvolvido no contexto da estabilização da região do GoG.	QD3 Que ações tem desenvolvido a UE no contexto da estabilização da região do GoG?		Política Militar	- Organizações Regionais - Parcerias Internacionais - Missões	
Delimitação	Domínios	Espaço		Golfo da Guiné	
		Conteúdo		Segurança Marítima	
		Tempo		2014-2020	
Metodologia de Investigação	Posicionamento		Metodologia de Raciocínio	Estratégia de Investigação	Desenho de Pesquisa Horizonte Temporal
	Ontológico	Construtivista	Indutivo	Qualitativa	Estudo de Caso Transversal
	Epistemológico	Interpretativista			



## Apêndice B – Gráficos e Estatísticas

A Figura 9 representa o índice de fragilidade de todos os países do mundo em 2020.

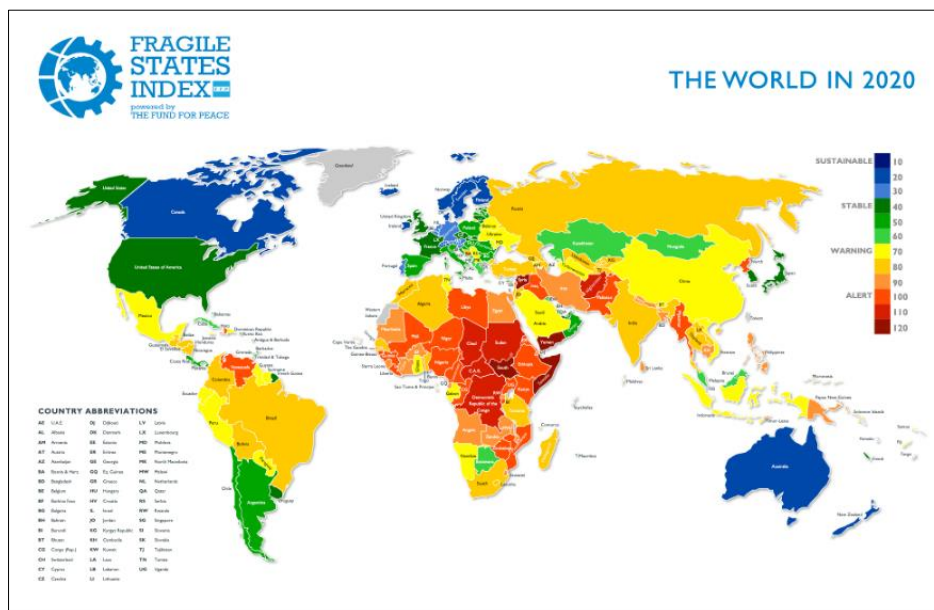


Figura 9 – Índice de Estados Frágeis (2020)

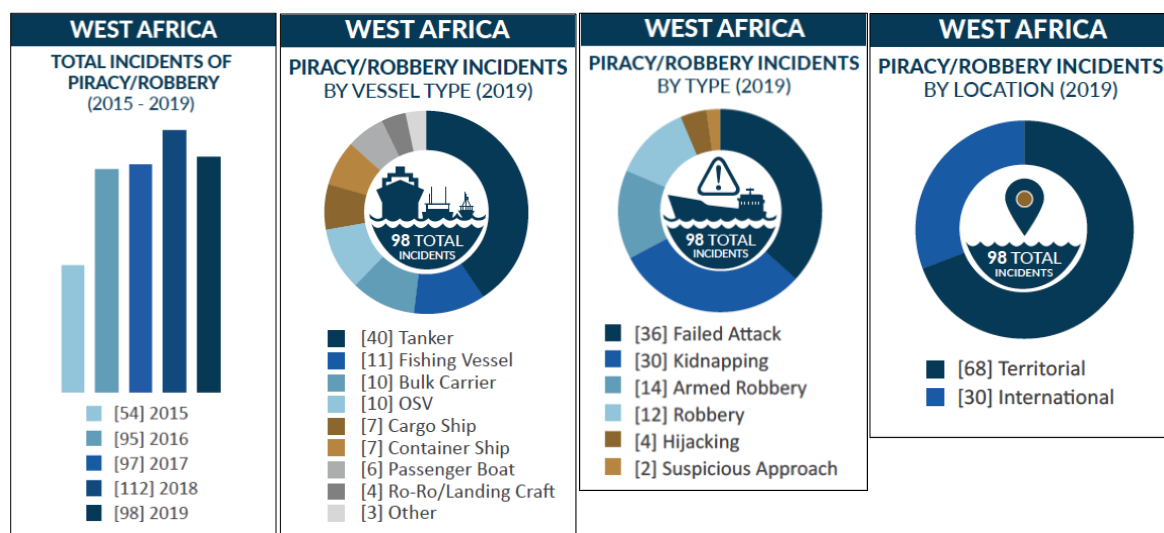
Fonte: Disponível em *Fragile State Index* (Fund For Peace, 2020).

O Quadro 4 reporta os dados relativos aos países que constituem a região do GoG.

Quadro 4 – Posicionamento mundial dos países do GoG

País	Ranking Mundial	Coesão		Económico		Político		Social	
		Sistema de Segurança	Elites Faccionadas	Economia	Desigualdade económica	Serviços Públicos	Direitos Humanos	Pressão Demográfica	Refugiados
República Democrática do Congo	5º	8,5	9,8	8,0	8,6	9,5	9,5	9,8	10,0
Camarões	11º	8,2	9,3	6,8	7,7	8,3	7,8	8,8	8,6
Nigéria	14º	8,7	9,9	7,9	7,8	8,9	8,4	9,3	6,9
Guiné	15º	8,3	9,6	8,3	7,0	9,2	6,8	8,3	7,3
Guiné-Bissau	23º	8,0	9,6	7,4	9,4	8,6	6,9	8,4	6,4
República do Congo	25º	7,3	6,7	7,8	8,4	8,6	8,1	8,0	6,7
Libéria	31º	6,9	8,3	8,3	7,5	9,0	6,2	8,5	7,8
Costa do Marfim	32º	7,1	9,1	6,4	7,5	8,1	7,0	8,2	6,9
Angola	34º	7,1	7,2	6,9	9,0	8,7	6,4	8,8	6,2
Togo	38º	6,7	7,6	6,7	8,4	8,2	6,9	7,5	6,6
Serra Leoa	42º	4,1	7,8	8,3	8,0	8,5	5,2	8,8	7,1
Guiné Equatorial	45º	6,2	8,2	5,7	8,0	8,4	8,3	8,2	4,8
Gâmbia	51º	6,0	7,7	8,1	6,0	7,2	8,1	8,4	6,3
Senegal	71º	5,4	7,0	6,9	7,0	7,2	5,1	7,1	6,4
Benim	77º	5,6	6,7	6,5	8,2	8,2	4,6	7,6	4,8
São Tomé e Príncipe	83º	5,0	6,3	7,9	5,7	5,6	3,0	6,4	5,1
Gabão	90º	5,1	8,3	5,7	5,6	6,0	7,2	6,6	3,6
Cabo Verde	106º	5,1	5,5	5,7	6,0	5,1	3,1	6,3	3,9
Gana	108º	4,9	4,9	5,4	6,0	6,9	4,7	6,8	4,3

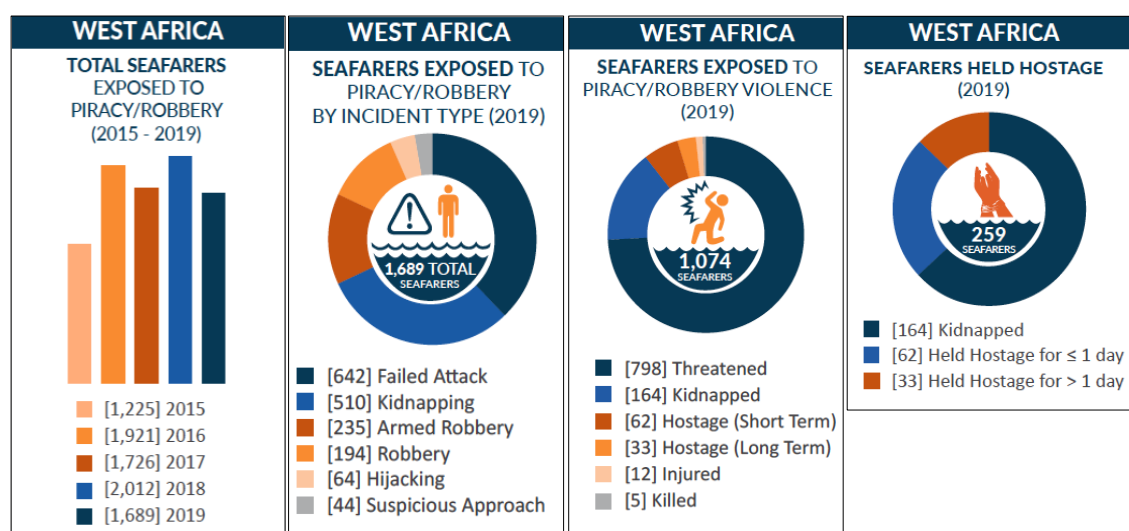
A Figura 10 demonstra o número de incidentes registados em 2019. Note-se que praticamente igualaram os valores 2016 e 2017, tendo os ataques resultado em sequestros que, na sua maioria, ocorrem em navios-tanque que navegam no mar territorial.



**Figura 10 – Dados relativos ao tipo de incidentes registados no GoG (2019)**

Fonte: Adaptado a partir de *The State of The Maritime Piracy 2019* (Joubert, 2020, pp. 9-17).

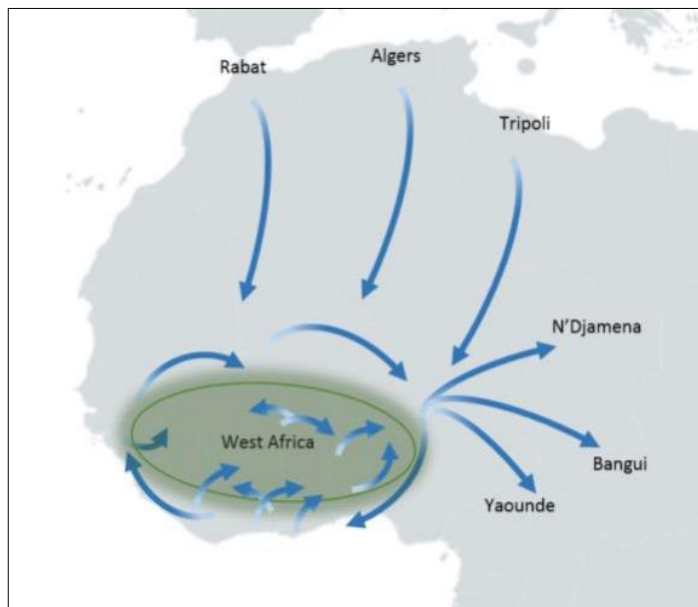
A Figura 11 representa os tipos de ataques, o tipo de violência, bem como o número de tripulantes sequestrados em 2019. Embora tenham sido relatados menos incidentes em comparação com 2018, registou-se um aumento de 60% no número de tripulantes sequestrados.



**Figura 11 – Dados relativos a incidentes com elementos de tripulação (2019)**

Fonte: Adaptado a partir de *The State of The Maritime Piracy 2019* (Joubert, 2020, pp. 9-17).

A Figura 12 representa graficamente as maiores rotas de tráfico de armas de pequeno calibre, que transitam de e para a África Ocidental. Em 2018, estima-se que circulavam ilegalmente cerca de 160 milhões de armas de pequeno calibre em toda a África Ocidental.



**Figura 12 – Rotas de tráfico armas de pequeno calibre na África Ocidental**

Fonte: Adaptado a partir de INTERPOL (2018, p. 21).

A Figura 13 demonstra que, em 2018 e devido à localização da África Ocidental ao longo de importantes rotas marítimas, a região se tem tornado muito atrativa para a operacionalização do crime organizado e, consequentemente, para o tráfico de drogas, como é o caso da cocaína.



**Figura 13 – Rotas de tráfico de drogas para a Europa através do Atlântico**

Fonte: Adaptado a partir de INTERPOL (2018, p. 9).





## Apêndice C – European Maritime Security Strategy

A EUMSS fundamenta-se nos seguintes princípios:

- Abordagem intersectorial com todos os parceiros, onde se enquadram autoridades civis e militares, assim como entidades da UE, com vista a uma cooperação cada vez mais eficaz com respeito pela organização interna própria;
- Integridade funcional não afeta as competências da UE nem os direitos de soberania e jurisdição dos Estados-Membros nas suas zonas marítimas na aplicação da UNCLOS. Tendo como base as políticas e os instrumentos existentes, deverão ser otimizadas e exploradas as capacidades europeias e nacionais, evitando a edificação de novas estruturas ou encargos e financiamentos adicionais;
- Respeito pelas regras e princípios do Direito Internacional, dos Direitos Humanos e pelo cumprimento integral da UNCLOS, considerados como basilares pela EUMSS para o alcançar de uma boa governação no mar. A UE apoia o funcionamento dos tribunais previstos na UNCLOS, na solução de disputas marítimas e na implementação do Direito Marítimo;
- Multilateralismo marítimo fundamental na cooperação e coordenação com organizações internacionais como a UN e a NATO, assim como com os organismos e instituições internacionais e regionais do domínio marítimo. Coordenação essa que deverá sempre respeitar o quadro institucional da UE, tendo em consideração igualmente a sua autonomia decisória.

A EUMSS edifica-se com base nos seguintes objetivos:

- Promover uma *Comprehensive Approach* na gestão dos interesses e desafios no domínio da segurança marítima;
- Promover a boa governação no mar, regulando por normas o alto mar e os espaços marítimos sob soberania e jurisdição dos Estados-Membros;
- Implementar uma melhor coordenação dos projetos de índole nacional, regional e europeu, por forma a maximizar os proveitos das estratégias macrorregionais da UE;
- Promover de forma equitativa a competitividade internacional dos Estados-Membros;



- Fortalecer as potencialidades do mar conforme a Estratégia de Crescimento da UE – Europa 2020;
- Contribuir para a proteção das fronteiras marítimas da UE, incrementando a segurança no mar;
- Promover a segurança nas fronteiras externas da UE, assegurando a compatibilidade com as especificidades regionais de cada bacia marítima;
- Promover parcerias de cooperação com organizações regionais e internacionais, assim como o desenvolvimento de sinergias entre os Estados-Membros;
- Fomentar a solidariedade e o apoio mútuo entre Estados-Membros na gestão das questões relacionadas com a segurança marítima;
- Melhorar a partilha de conhecimento entre Estados-Membros, nomeadamente ao nível das informações e experiência adquirida, de modo a antecipar possíveis ameaças;
- Fortalecer o papel da UE enquanto ator de segurança global, assumindo as suas responsabilidades na prevenção e na gestão de crises e conflitos, bem como na consecução da estabilidade e da paz nas suas áreas de interesse, quer no mar quer a partir do mar.



## Apêndice D – European Maritime Security Strategy Action Plan

O Quadro 5 faz a compilação dos extratos da Parte A da EUMSS *Action Plan*, identificando as questões horizontais e respetivas linhas de ação aplicáveis a regiões marítimas como o GoG.

**Quadro 5 – Ações Horizontais do EUMSS *Action Plan***

PARTE A – Ações Horizontais	
N.º Ação	Ação
Sensibilização para a EUMSS	
0.1	– Contribuir para a implementação do EUMSS <i>Action Plan</i> e da política global de segurança marítima da UE, recorrendo a várias iniciativas e ações no quadro das estratégias para as regiões e bacias marítimas, onde se inclui a EUSGG.
Cooperação Internacional	
A.1.1	– Integrar em reuniões bilaterais com países terceiros a temática da segurança marítima, promovendo o multilateralismo marítimo através da cooperação estratégica com organizações internacionais e regionais relevantes, como a UN, a NATO, a AU, entre outras, envolvendo ainda a sociedade civil e o setor privado.
A.1.2	– Promover, no quadro da governação dos oceanos, uma estreita ligação entre segurança marítima e desenvolvimento sustentável.
A.1.3	– Promover a nível internacional, regional e bilateral, a ratificação de acordos e convenções relativos à segurança marítima e ao apoio da implementação do <i>International Ships and Ports Security (ISPS) Code</i> na promoção da segurança portuária.
A.1.5	– Assegurar a coerência nas políticas de segurança interna e externa da UE, prevenindo e desmantelando de forma eficaz redes transnacionais de crime organizado, bem como outras atividades ilegais que coloquem riscos a infraestruturas, transportes, empregos e recursos marítimos; – Continuar o reforço das capacidades e operações da <i>Common Security Defence Policy (CSDP)</i> , de modo a salvaguardar e a proteger os interesses estratégicos da UE no âmbito da segurança marítima.
A.1.7	– Proceder ao desenvolvimento coordenado de capacidades ao nível da segurança marítima com países terceiros e organizações regionais, incluindo atividades de educação e formação. – Reforçar capacidades no âmbito da governação marítima e do Estado de Direito, da justiça penal e da execução do Direito Marítimo Administrativo; – Combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada; – Promover o combate às atividades ilegais no alto mar e à exploração ilegal de recursos naturais; – Reforçar o controlo das fronteiras, combater o tráfico de seres humanos e a introdução clandestina de migrantes, controlando possíveis rotas marítimas e violações graves do Direito Laboral no Mar.
A.1.8	– Fomentar o desenvolvimento de capacidades para promoção da segurança e do desenvolvimento, reforçando as capacidades das autoridades civis e militares no domínio marítimo; – Promover a concretização do desenvolvimento sustentável, como meio de apoiar o restabelecimento da segurança e a proteção da sociedade civil, contribuindo para a criação de sociedades pacíficas, democráticas e inclusivas.
Conhecimento da Situação Marítima	



A.2.11	– Melhorar o intercâmbio de dados e a interoperabilidade dos sistemas de vigilância da UE através do <i>Critical Maritime Routes Programme</i> (CMRP), explorando o incremento da partilha de informações com parceiros pertinentes.
Sensibilização para os Riscos e Gestão dos Riscos	
A.4.1	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Reforçar a resiliência global das infraestruturas marítimas críticas da UE no âmbito dos desafios e ameaças no domínio da segurança (pirataria e assaltos à mão armada no mar), das ciberameaças, ameaças híbridas, ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares (QBRN) e potenciais atentados terroristas;</li> <li>– Reforçar a resiliência das infraestruturas marítimas críticas de transporte marítimo, nomeadamente a segurança portuária, linhas de comunicação marítimas, infraestruturas energéticas, instalações <i>offshore</i> e redes e sensores de telecomunicações (submersos);</li> <li>– Melhorar a proteção da tripulação, trabalhadores, passageiros, mercadorias e infraestruturas marítimas críticas submersas contra ameaças em consonância com o enquadramento jurídico internacional.</li> </ul>
A.4.4	– Promover a cooperação e o diálogo através das instâncias internacionais e regionais relevantes, bem como com países terceiros e com intervenientes públicos e privados, garantindo a articulação com a UE e as suas agências.
A.4.8	– Desenvolver orientações sobre procedimentos em matéria de cibersegurança e ciberdefesa de resposta a ameaças emergentes no domínio marítimo, nomeadamente eventuais atos de terrorismo e outros atos ilícitos cometidos no mar, visando a proteção de navios, carga, tripulação, passageiros, portos, instalações portuárias e infraestruturas marítimas e energéticas críticas em conformidade com o ISPS <i>Code</i> .
Educação e Formação	
A.5.4	– Apoiar ações de formação e educação em países terceiros através da participação das agências competentes da UE, nomeadamente no âmbito dos serviços de Guarda Costeira.

O Quadro 6 reporta as ações inscritas na Parte B do EUMSS *Action Plan* visando o Atlântico Sul e particularmente a região do GoG.

**Quadro 6 – Assuntos marítimos relacionados com o GoG**

PARTE B – Assuntos Marítimos Regionais e Mundiais	
N.º Ação	Ação
B.6.1 Atlântico	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fomentar a cooperação entre os Estados-Membros, as agências e as organizações internacionais no combate às atividades ilícitas no domínio marítimo do Oceano Atlântico, apoiando o desenvolvimento de ações de observação em terra;</li> <li>– Intensificar o combate ao narcotráfico através de atividades de vigilância e policiamento coordenadas pelo <i>Maritime Analysis and Operations Centre Narcotics - North</i> (MAOC-N).</li> </ul>
B.6.2 Atlântico	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Fomentar a implementação de estratégias com vista a apoiar as capacidades regionais, promovendo ainda a elaboração de outros acordos ou instrumentos relevantes à segurança marítima regional;</li> <li>– Promover a cooperação tripartida entre a UE-UN-AU e outras organizações regionais e internacionais no âmbito da segurança marítima mundial.</li> </ul>
B.6.3 Atlântico	– Intensificar a cooperação Atlântica Sul-Sul de modo a prevenir e combater as diferentes formas de criminalidade marítima.
B.6.1 Atlântico (GoG)	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Continuar a apoiar a execução da EUSGG e do GoGAP, bem como os esforços nacionais e regionais no quadro da Arquitetura de Yaoundé e de outras iniciativas regionais e internacionais, em especial os trabalhos do G7 ++ <i>Group of Friends of the Gulf of Guinea</i>;</li> <li>– Assegurar a coordenação dos projetos da UE no GoG como contributo à segurança marítima na região.</li> </ul>



## Apêndice E – Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020

O Quadro 7 representa, de forma sistematizada, as atividades propostas e os resultados esperados no quarto relatório do GoGAP 2015-2020, realizado em fevereiro de 2020 e referente ao ano de 2018. Neste quadro constam os quatro objetivos, os respetivos 14 resultados esperados, os efeitos alcançados em 2018 e, ainda, as recomendações para a cada um dos objetivos elencados.

Quadro 7 – Atividades e resultados do quarto relatório do GoGAP 2015-2020

<b><u>Primeiro Objetivo: Melhor compreensão comum da escala da ameaça e a necessidade de abordá-la entre os países da região e a comunidade internacional.</u></b>	
Resultado 1	Diálogos bilaterais com a CRESMAC, a CRESMAO, o GGC, a AU e os governos nacionais.
Resultado 2	Relatórios e análises regulares de riscos com os Estados-Membros da UE e parceiros internacionais.
Resultado 3	Compartilhamento de informações sobre as atividades entre todas as partes interessadas envolvidas.
<b><u>Resumo Objetivo 1:</u></b> Diálogos, compartilhamento de informações, relatórios e análises de riscos continuaram durante 2018.	
Recomendações	Deve continuar a ser dada especial atenção ao diálogo e à construção de confiança com as estruturas regionais e inter-regionais;
	Os países do GoG devem ser encorajados a implementar quadros jurídicos nacionais adequados e a ratificar o mais rapidamente possível a Carta de Lomé;
	Espera-se que a UE e os seus Estados-Membros prestem apoio político e financeiro a estes objetivos em coerência com a abordagem integrada da UE para a prevenção de conflitos.
<b><u>Segundo Objetivo: Instituições multi-agências reforçadas nos níveis regional e nacional.</u></b>	
Resultado 4	Capacitação de instituições regionais e nacionais.
Resultado 5	Melhor partilha de informações e implantação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) de ponta.
Resultado 6	Melhoria da aplicação da lei e cooperação judiciária (incluindo alfândega, Guarda Costeira, Polícia Marítima e <i>Gendarmerie</i> ).
Resultado 7	Melhorias na cooperação transnacional (zonal).
<b><u>Resumo Objetivo 2:</u></b> Em 2018, os novos programas aumentaram as oportunidades de apoio às instituições regionais em geral, como por exemplo, na aplicação da lei, de reformas e de cooperação judiciária.	
Recomendações	Esse esforço deve continuar com um estímulo à consolidação das instituições regionais (CRESMAC, CRESMAO) e inter-regionais (ICC) e esclarecimento do mandato e das atribuições de cada uma delas durante 2019.
<b><u>Terceiro Objetivo: Economias e comunidades costeiras mais prósperas e resilientes.</u></b>	
Resultado 8	Melhor governança de indústrias-chave (incluindo pesca e indústrias extrativas).



Resultado 9	Apoio a projetos de infraestruturas, incluindo portos.
Resultado 10	Apoio ao crescimento e emprego nas áreas costeiras.
Resultado 11	Facilitação da pesquisa para entender as causas propícias e o apoio à juventude e às iniciativas educacionais para mitigar a criminalidade.
<b>Resumo Objetivo 3:</b> A UE deve procurar mais oportunidades para apoiar as comunidades costeiras vulneráveis perante o risco de empobrecimento, com consequências para a estabilidade regional.	
Recomendações	O reforço da coordenação e da cooperação regional com os parceiros, o diálogo com as comunidades costeiras e a adoção de programas específicos de desenvolvimento comunitário devem ser considerados como os instrumentos relevantes para mitigar o risco de ataques.
<b>Quarto Objetivo: Estruturas de cooperação reforçadas com a região e entre os Estados-Membros da UE e parceiros internacionais.</b>	
Resultado 12	Incentivo à prática da cooperação regional, além das declarações de intenções.
Resultado 13	Diálogos políticos e <i>lobby</i> coordenado para a implementação do Código de Conduta.
Resultado 14	Apoio à coordenação interna da ECOWAS, ECCAS e GGC com os seus Estados-Membros, entre si e com parceiros externos.
<b>Resumo Objetivo 4:</b> Os novos projetos financiados pela UE aumentaram a assistência ao ICC, CRESMAO e CRESMAC no apoio ao desenvolvimento das suas capacidades e à realização das suas prioridades.	
Recomendações	O perfil da segurança marítima emitido poderia ser aumentado, levantando questões do GoG de forma mais sistemática durante reuniões bilaterais de alto nível e em <i>fora</i> multilaterais. A prática de incluir questões de segurança marítima na agenda dos diálogos políticos do Artigo 8 entre a UE e os países do GoG deve ser ampliada.

O Quadro 8 representa sumariamente as atividades de cooperação desenvolvidas por alguns Estados-Membros durante o ano de 2018, tendo por base programas bilaterais.

**Quadro 8 – Atividades e cooperação durante 2018**

<b>Primeiro Objetivo: Melhor compreensão comum da escala da ameaça e a necessidade de abordá-la entre os países da região e a comunidade internacional.</b>	
<b>Diálogo Político</b>	
Dinamarca	Destacou um <i>Maritime Military Advisor</i> em Abuja (Nigéria) e um <i>Maritime Growth Counsellor</i> em Accra (Gana) visando a implementação do <i>Danish Maritime Program for the West Africa</i> para o período 2019-2021.
Espanha	Manteve uma presença naval regular na área do GoG, realizando atividades de cooperação bilateral de segurança marítima com a Mauritânia, com Cabo-Verde e com o Senegal, principalmente relacionadas com a formação e capacitação.
França	Manteve presença naval permanente e a sua rede de 17 conselheiros marítimos em toda a área, e conduz um largo número de treinos e exercícios marítimos (NEMO) em cooperação com os parceiros africanos.
Portugal	Teve em 2018 uma presença naval significativa na área e mantém os antigos programas bilaterais de CDD com países do GoG como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.
<b>Atividades e mecanismos de compartilhamento de informações</b>	
França Reino Unido	Mecanismo Franco-Britânico <i>Maritime Domain Awareness for Trade</i> (MDAT-GoG), iniciado em 2016, tem registado um aumento de taxas de relatórios associado ao contínuo crescendo da significativa quantidade de navegação que passa pelo GoG.



Dinamarca Espanha França Portugal	Grupo continuou a realização de reuniões regulares para partilha de informações sobre segurança marítima, procurando sinergias através de missões das Marinhas na região e propostas de ações de cooperação mútua para com as marinhas locais.
<b>Segundo Objetivo: Instituições multi-agências reforçadas nos níveis regional e nacional.</b>	
<b>Construção de capacidades</b>	
Portugal	Manteve a implementação de acordos bilaterais com Angola e com Guiné-Bissau relativos à capacitação das respetivas Marinhas, com Cabo Verde e com São Tomé e Príncipe, visando a capacitação das suas Guardas Costeiras e a vigilância conjunta dos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição.
Reino Unido	Apoiou a coordenação entre agências e os países do GoG, o desenvolvimento do sistema judiciário sobre a legislação antipirataria e a capacitação institucional e operacional das Marinhas da Nigéria e do Gana, e a edificação da Polícia Marítima do Gana.
França	Apoia o <i>Institut de Sécurité Maritime Inter-regional</i> (ISMI) em Abidjan (Costa do Marfim) e a <i>Regional Naval School</i> em Tica (Guiné Equatorial), com vista à valorização do <i>know-how</i> do gestor executivo civil ou militar em matéria de segurança marítima e ainda a formação de cadetes destinados a ingressar nas Marinhas dos seus respetivos países.
Espanha	Desenvolveu atividades de cooperação bilateral e capacitação na região do GoG e África Ocidental, onde o projeto <i>Blue Sahel</i> da Guardia Civil para o período 2017-19 tem especial relevo.
Dinamarca	Implementou um novo <i>Gulf of Guinea Maritime Security Programme 2019-2021</i> , que deriva do <i>Priority Paper for the Danish Efforts to Combat Piracy and other types of Maritime Crime 2019-2022</i> , lançado no final de 2018.
<b>Tecnologias de Informação e Comunicação para troca de informações</b>	
Alemanha	Forneceu mobiliário e equipamentos para o <i>Multinational Maritime Coordination Centre</i> (MMCC) em Acra (Gana) e ao centro CRESMAC em Pointe-Noire (República do Congo), permitindo a uma execução satisfatória das suas tarefas, que atualmente se limitam à transmissão de informações às autoridades nacionais dos países participantes.
Dinamarca	Forneceu fundos para equipar e finalizar o <i>Multinational Maritime Coordination Centre</i> (MMCC) Zona G (Cabo Verde) com uma antena HF/MF.
<b>Terceiro Objetivo: Economias e comunidades costeiras mais prósperas e resilientes.</b>	
<b>Governança melhorada de indústrias-chave</b>	
Reino Unido	Apoio através do mecanismo <i>Facility for Oil Sector Transparency and Reform</i> (FOSTER) na Nigéria, visando a melhoria da gestão dos recursos do país das indústrias extrativas por meio da prevenção de perdas de receita, fortalecimento da gestão, transparência e responsabilidade, e ainda a melhoria dos resultados das políticas para as comunidades locais afetadas por essas indústrias.
<b>Suporte para projetos de infraestruturas</b>	
França	Programas de desenvolvimento em várias cidades portuárias do GoG, como Douala (Camarões) e Pointe-Noire, com foco no acesso à energia, água, saneamento e outros serviços básicos.
Dinamarca	Apoio à <i>International Maritime Organization</i> (IMO) na construção da capacidade em segurança portuária, no período 2016-2018, através do <i>IMO West and Central Africa Maritime Security Trust Fund</i> .
<b>Apoio ao crescimento e ao emprego</b>	
Alemanha	Apoio bilateral de capacitação à Nigéria.
Bélgica	Preparou novos programas com o Senegal e o Benim que incluíam a promoção do crescimento económico sustentável e inclusivo.
Espanha	A Marinha Espanhola formou dois médicos Cabo-verdianos na utilização da Câmara Hiperbárica, em complemento a outros projetos financiados pelo país e já mencionados em relatórios anteriores





Portugal	Manteve os Programas de cooperação bilateral de longa data para o desenvolvimento com países do GoG, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.
<b>Pesquisa e apoio à mitigação da criminalidade</b>	
Portugal	Tem implementado Programas de Cooperação Técnica com Forças Policiais de países do GoG, nomeadamente, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.
<b><u>Quarto Objetivo:</u> Estruturas de cooperação reforçadas com a região e entre os Estados-Membros da UE e parceiros internacionais.</b>	
Dinamarca	Contribuiu para a formulação e implementação da <i>African Integrated Maritime Strategy</i> (AIMS) e apoiou a ECOWAS na operacionalização do <i>Multinational Maritime Coordination Centre</i> (MMCC) na Zona G (Cabo Verde) em cooperação com a Alemanha;
Portugal	Reiterou a Cabo Verde (Zona G) e Angola (Zona A) a sua disponibilidade para apoiar a operacionalização dos respetivos Centros de Coordenação Multilateral.